

Apropriando-se do uso de atas: práticas de letramento em contexto quilombola

Luanda Sito *

Introdução

Neste artigo, busco apresentar um recorte de minha dissertação de mestrado¹, dando enfoque nas produções escritas de lideranças de uma comunidade quilombola gaúcha - as atas da Associação Comunitária. Este uso social da escrita, analisado da perspectiva bakhtiniana e inserido nos Estudos de Letramento, permite observar os processos de apropriação² que ocorreram ao longo da luta pelo título da terra. Para isso, passo a contar a história sobre meus primeiros contatos com as comunidades quilombolas; sigo discutindo a perspectiva teórica do trabalho para, a seguir, apresentar a análise e, por fim, traçar algumas considerações.

Ainda estava cursando a licenciatura em Letras, quando fui convidada por um professor da Sociologia da mesma Universidade para participar de um grupo que desenvolvia trabalhos de assessoria a comunidades remanescentes de quilombos. Era o ano de 2004. Não sabia muito bem o que significava ser uma comunidade quilombola, apenas sabia que três questões estariam envolvidas: população negra, território e racismo. E isso era o suficiente para me encantar. Decidi, então, entrar no grupo, pois pensava que poderia contribuir com algo de meu curso, já que na época estava entrando em contato com os estudos da Linguística Aplicada, e as discussões sobre os Estudos de Letramento chamaram minha atenção. Mal sabia eu que o envolvimento seria tão extenso e intenso, que me enredaria tal como um fio de um novelo de lã.

* Doutoranda em Linguística Aplicada pela UNICAMP e Licenciada em Letras pela UFRGS. E-mail: luandasito@gmail.com

¹ SITO, Luanda. *Ali está a palavra deles*. Um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

² BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1995.

O grupo se chama Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (doravante IACOREQ) e é uma organização do movimento negro. As comunidades quilombolas com as quais trabalharíamos eram cerca de dez; todas localizadas no litoral gaúcho. Meu ingresso no IACOREQ começou com meu acompanhamento das reuniões e logo passei a participar de inúmeras visitas às comunidades, todas muito focadas nas Associações Comunitárias locais, criadas por conta do processo de titulação que vivenciavam. O trabalho do Instituto era justamente de assessorar as lideranças locais na familiarização com essa estrutura e com os documentos e processos que faziam parte do processo de titulação quilombola.

Esse processo está assentado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Segundo esse artigo, o estado assegura que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (ADCT/Constituição Federal de 1988). No entanto, para que acessem ao título uma série de procedimentos lhes são exigidos, tanto para serem reconhecidos³ pelo Estado como quilombola, quanto para dialogar com ele. Ao longo das assessorias às comunidades, ficava, cada vez mais, perceptível que tanto o contato com os novos atores como a constituição da Associação propiciavam eventos de usos sociais de leitura e escrita que nem sempre eram familiares às lideranças quilombolas. Além disso, eu observava diversos eventos, no âmbito das Associações Comunitárias quilombolas, em que o uso dos gêneros utilizados nas Associações – tais como a redação da ata, de documentos locais ou do livro caixa – também gerava conflitos para essas lideranças.

A partir da experiência de assessoria política junto às comunidades remanescentes de quilombos, fui levada não só a conhecê-las como também a refletir sobre como suas lideranças vinham lidando com os usos sociais de leitura e escrita, que passavam a ser exigidos durante o processo de titulação de terras, como, por exemplo, a escrita da ata para a Associação Comunitária local ou a escrita de documentos com fins reivindicatórios. Esse processo apontava para questões de escrita e identidade, pois os ambientes onde mais interagiam com a escrita estavam relacionados com a identidade quilombola.

Por meio desse trabalho, conheci a comunidade quilombola de Casca – nome que se deve aos sambaquis ou casqueiros⁴ existentes na região –, localizada em uma

³ O reconhecimento é realizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁴ Na área litorânea da comunidade há presença de sambaquis, palavra tupi, *tamba'kei*, que significa "monte de conchas". Os sambaquis - também conhecidos como concheiros, berbigueiros ou casqueiros – são depósitos construídos pelo

área rural do município de Mostardas, situado no litoral do Rio Grande do Sul. No século XVII, as terras da fazenda eram propriedade de um casal português que não teve filhos. No ano de 1826, com a morte do marido, Dona Quitéria do Nascimento legou parte de suas terras, em testamento, para os doze escravos da fazenda, os quais naquele momento tornaram-se livres e proprietários da terra, que ficaria em usos e frutos para seus descendentes. No entanto, o testamento foi contestado por muitos anos, restando à comunidade, após inúmeras disputas pela terra, recorrer à legislação de titulação quilombola, no ano de 1996, para garantir o que lhe tinha sobrado.

Atualmente, os moradores dessas terras são, em sua grande maioria, descendentes dos herdeiros (antes escravizados) que receberam o testamento na época.⁵ Estão organizados politicamente a partir de uma Associação quilombola – a Associação Comunitária Dona Quitéria –, na qual realizam eventos culturais e suas reuniões e eventos acerca da titulação da terra. As diretorias são constituídas por membros da comunidade, com especial participação dos idosos. Sua eleição, regida pelo Estatuto da Associação, é realizada em Assembléia Geral a cada dois anos e organizada pelos sócios da Associação Comunitária. São justamente esses herdeiros que foram convidados a participar desta pesquisa para nos ajudar a entender como se desenvolveram suas relações com a escrita em seu histórico de luta pela terra.

A partir do trabalho de campo realizado em 2005 e 2006, a análise das observações participantes e das entrevistas apontou para a emergência da Associação Comunitária como uma nova agência de letramento por ser o espaço no qual havia um crescente contato com a escrita e visibilidade desta, o que gerou uma crescente valorização da escrita, ainda que com expressões de resistência⁶. No entanto, com a sequência do trabalho foi tornando-se mais explícito que meu foco na Associação Comunitária me criava uma dificuldade: uma limitação física para entender o fenômeno estudado. A partir dessa percepção e analisando alguns dados, percebi que para entender as práticas de letramento das lideranças quilombolas eu teria que pensar a esfera de *luta quilombola*⁷ como uma agência de letramento, pois é nela que as pessoas recriam e lidam com as práticas de escrita.

Naquele momento, em que os quilombolas ganhavam visibilidade como

homem constituídos por materiais orgânicos, calcáreos e que, empilhados ao longo do tempo e sofrendo a ação de chuvas, acabam por sofrer uma fossilização química. São comuns em todo o litoral do Atlântico.

⁵ LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento*. A comunidade de Casca em Perícia. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁶ SITO, Luanda. *A Associação comunitária como agência de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul*. 2006. Monografia de Conclusão do Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

⁷ Entendida como as diversas atividades realizadas no âmbito político para conseguir a titulação de suas terras, tais como reuniões com outros quilombolas, reuniões nas associações locais, audiências nos Ministérios e INCRA, eventos e cursos sobre a temática, redação de documentos que tematizem a titulação, entre outros.

agentes políticos (tendo como pano de fundo a implementação de políticas de ações afirmativas), suas interações com os diferentes agentes evidenciaram que havia dificuldades de interagir simetricamente, seja por as lideranças não dominarem os gêneros exigidos pelas instituições do Estado, seja por falta de uma educação do entorno⁸. Para dar conta dessas questões, parto da perspectiva dos Estudos de Letramento e de uma concepção sociológica de uso da linguagem, que tem como base o Círculo de Bakhtin⁹.

1 Uma perspectiva etnográfica sobre os usos de escrita

Os Estudos de Letramento¹⁰ - consolidados no Brasil nos anos 1990 - têm orientado sua atenção para os processos interacionais entre os sujeitos, buscando entender como as pessoas se apropriam da escrita devido a interesses particulares na relação com o meio social em que estão situados. Ao trazer um olhar etnográfico para o entendimento da escrita, os Estudos de Letramento permitem compreender o uso social da escrita de um ponto de vista das relações de poder – e dessa forma concebê-lo como um processo¹¹. Dessa forma, nosso foco não está na escrita, mas em como os sujeitos usam a escrita em suas interações, como a valorizam e a significam e o que fazem com ela.

Trabalhar com práticas de letramento numa perspectiva sociocultural exige um entendimento da linguagem em uso. Para analisar criticamente esse cenário, compreendo a linguagem como um lugar de interação e disputas. Essa compreensão toma por base as ideias do Círculo de Bakhtin,¹² para o qual a forma linguística

sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.

⁸ MAHER, Terezinha. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, Angela; CAVALCANTI, Marilda C. (Org.). *Linguística Aplicada: suas interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007

⁹ BAKHTIN; VOLOSHÍNOV, 1995.

¹⁰ HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. *Language and Society*, n.11, p. 49-76, 1982.

STREET, Brian. The New Literacy Studies. In: STREET, Brian (Org.). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

¹¹ BLOOME, David. et al. *Discourse analysis and the study of classroom language and literacy events: a microethnographic perspective*. New Jersey: Laurence E. Associates, 2005.

¹² BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995.

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.¹³

Nessa compreensão, a enunciação é a projeção de uma posição do sujeito no mundo – de/em algum lugar, em algum momento e para um outro. Em palavras de Bakhtin, “a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva”¹⁴. No entanto, estamos sempre dialogando com outros já ditos, e posicionando-nos em relação a eles, seja resistindo, apropriando-nos ou reelaborando-os. Na relação com o discurso do outro, podemos mantê-lo como um *discurso de autoridade* ou posso torná-lo um *discurso internamente persuasivo*, submetendo-o aos meus propósitos, envolvendo-o de tal forma em meu discurso que o torno meu, realizando uma apropriação.

Entendemos aqui a apropriação como um processo de tornar própria a palavra do outro, dar seu próprio acento valorativo ao discurso do outro, utilizando segundo seus propósitos. Como mostramos em análise de um processo de apropriação de práticas de letramento por lideranças quilombolas¹⁵, esse é um processo gradual, que mobiliza diferentes práticas dos sujeitos que estão em jogo e envolve identidades.

É por meio da linguagem que o processo de construção das identidades sociais ocorre, pois é em práticas discursivas que as identidades são nomeadas e constituídas. A compreensão da identidade como uma construção social torna possível descrever as relações sociais de forma dinâmica e situada. O enfoque volta-se para “uma construção que se dá através das interações que as pessoas estabelecem uns com os outros (chamada de posicionamento social) e como uma consequência da evolução das estruturas das instituições sociais”¹⁶. Logo, segundo os autores, é por meio do uso da linguagem que as pessoas nomeiam, constroem, contestam e negociam suas identidades. Dentro dessa perspectiva, a identidade é vista como intrinsecamente situada, fluida, emergente em uma interação, mas em diálogo com o contexto sócio histórico¹⁷. Além disso, por ser fundada sobre movimentos de inclusão e exclusão, a identidade acaba sendo vista como “um efeito do poder”¹⁸.

Há dois conceitos relevantes dos Estudos de Letramento para este projeto:

¹³ BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 95.

¹⁴ BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1995, p. 103.

¹⁵ SITO, 2010.

¹⁶ BLOOME; et al, 2005, p. 101. Tradução minha: “(...) as being constructed through the interactions people have with each other (sometimes referred to as social positioning) and as a consequence of the evolving social structures of social institutions”.

¹⁷ KLEIMAN, Angela. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, Inês. (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 267-302.

¹⁸ HALL, Stuart. Questão multicultural. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 85.

evento de letramento e prática de letramento. O primeiro refere-se a encontros interacionais nos quais a escrita é foco do discurso, como, por exemplo, a contação de história para a criança à noite ou a discussão de um bilhete; atividades da vida diária que envolvem a escrita¹⁹. E o segundo, conforme Street²⁰, deve ser entendido como um conceito amplo, que se lança em um nível de abstração e se refere tanto às ações dos sujeitos quanto a conceitualizações por eles elaboradas, ambas relacionadas ao uso de escrita e/ou da leitura. Dessa forma, investigar as práticas de letramento envolve o conceito de evento de letramento, ou seja, as situações de uso da escrita, às quais se acrescentariam os valores, as crenças, os discursos sobre a escrita, as atitudes e as construções sociais acerca dessas situações de escrita. Em síntese, essas práticas estão imersas (e são expressas) em uma forma de pensar, valorizar, sentir e usar a escrita²¹.

No marco das políticas afirmativas e multiculturais, a discussão acerca dos conceitos de identidade se acentua no diálogo entre investigações em contextos de contatos interculturais entre sujeitos historicamente marginalizados e o Estado. No jogo de forças entre esses sujeitos, fica visível como “o letramento não está apenas vinculado a formas de pensar, mas também a formas de sentir e valorizar em relação a si mesmo”²². Ao conhecer as práticas de letramento dos grupos e os sentidos que atribuem a suas práticas, esses significados tornam possível entender como os sujeitos se apropriam de diferentes práticas e, nesse processo, como constroem suas identidades.

Um exemplo seria a experiência de jovens do movimento Hip Hop, investigada por Souza²³, nas periferias paulistas. A autora mostra como esses jovens, na capital de São Paulo, constituem-se em agentes de letramento²⁴ nas esferas onde circulam, aproveitando e transformando práticas de letramento escolar para suas práticas de letramento na esfera do movimento social. Por conta desse processo, a autora caracteriza o movimento Hip Hop como uma agência de letramento, espaço que mobiliza o que ela chama de *letramentos de reexistência*, pois essas práticas “implicam em assumir e sustentar novos papéis sociais e funções nas comunidades de pertença e

¹⁹ JUNG, Neiva Maria. *Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2003. p. 61.

²⁰ STREET, 1993.

²¹ GEE, James Paul. *La ideología en los discursos*. Lingüística social y alfabetizaciones. Madrid: Ed. Morata, 2005.

²² ZAVALA, Virginia. *(Des)encuentros con la escritura*. Escuela y comunidad en los Andes peruanos. Lima: Red para el Desarrollo de las ciencias Sociales en el Perú, 2002. p. 81.

²³ SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento Hip Hop*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, IEL/UNICAMP, Campinas, 2009.

²⁴ KLEIMAN, Angela. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel L. G.; BOCH, Françoise (Org.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

naquelas em que estão em contato”²⁵, o que ela chama de uma reexistência.

A militância social como agência de letramento também é analisada em Borges²⁶, que aborda os eventos de letramento de uma liderança negra e a forma como eles influenciam na sua (re)construção identitária. A autora percebe vários conflitos vivenciados por essa líder relacionados a sua identidade, nas intersecções entre gênero e raça, com as práticas de letramento constituídas na esfera política. Ela conclui que a escrita tem sido um espaço pouco ocupado pelas mulheres negras e caracteriza a militância social como a principal agência de letramento para essas lideranças. Ao dialogar com esses trabalhos, buscamos entender a partir dos usos da escrita como as lideranças quilombolas estavam vivenciando esses cenários de disputas pelo título de terras e a constituição de mobilizações sociais em torno dessa identidade política.

Ao focar as lideranças quilombolas, vemos que o processo de apropriação da escrita é também um processo de apropriação identitária. Os contatos com os agentes externos, os “outros”, tão diferenciados na sua forma de interagir com os moradores da comunidade, parecem provocar uma realização contínua de um “tornarem-se quilombolas”. Isso porque, como afirma Arruti²⁷ acerca do processo de titulação quilombola, o artigo 68 criou uma categoria sociológica e política, com a qual os moradores das comunidades passaram a ter de lidar. Essa categoria é apropriada de formas diferenciadas pelas lideranças e se constitui a partir do diálogo entre os discursos sobre o que é ser quilombola. Como, então, poderíamos observar essa apropriação por meio da escrita?

2 Apropriando-se dos usos da ata

Uma forma que nos possibilita entender o processo de apropriações é analisando a própria linguagem, sejam as interações escritas ou orais. A análise do gênero discursivo “ata”, por exemplo, a partir do aporte bakhtiniano, foi relevante no contexto do meu estudo. Entender a ata como um gênero discursivo, ou seja, como “uma forma de dizer que foi constituída sociohistoricamente, com uma estrutura (composicional)”²⁸, possibilita um olhar para o texto como uma produção da linguagem que reflete e refrata os encontros de negociações com os atores externos e a comunidade.

²⁵ SOUZA, 2009. p. 24.

²⁶ BORGES, Suety Líbia Alves. *Letramento, gênero e raça na (re)construção de identidades de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, UFG, 2007.

²⁷ ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.

²⁸ SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 42

Na concepção bakhtiniana, o gênero discursivo é constituído por três elementos – o tema, o estilo e a estrutura composicional –, os quais “estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”²⁹. Em um texto em que discute as diferenças entre gênero textual e discursivo, Rojo³⁰ expande esses três componentes do gênero. Segundo a autora, o primeiro, o tema, seria os conteúdos ideologicamente conformados que se tornam comunicáveis (dizíveis) através do gênero; o segundo, o estilo (ou as marcas linguísticas), seria as configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero; por fim, o terceiro, a estrutura composicional, seria os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero (forma). O Quadro 1 sintetiza essa composição do gênero:



Quadro 1: Dimensões dos gêneros do discurso

Fonte: Rojo (2005, p. 196)

No caso de Casca, a ata é um gênero exigido a partir da constituição da Associação Comunitária. A respeito da categorização de gêneros primários e secundários, Rodrigues³¹ define que, ainda que Bakhtin afirme que gêneros secundários tenham relação com a escrita,

não é a escrita o princípio de diferenciação, pois há gêneros primários escritos, como o diário íntimo, e gêneros secundários orais, como a palestra. O papel da escrita indicado pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o

²⁹ SOBRAL, 2009, p. 262.

³⁰ ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 184-207, 2005. p. 196.

³¹ RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.

surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários.³²

Seguindo essa interpretação de Rodrigues, a ata é um gênero mais padronizado por ser menos flexível a mudanças, assim como os documentos oficiais. Como a Associação é uma entidade jurídica, as Assembleias que ocorrem entre seus participantes precisam ser formalizadas a partir do registro em ata, documento que passa a ter valor jurídico.

O dado que será analisado evidencia alguns conflitos entre os valores em disputa na “zona de contato”³³ entre quilombolas e agentes públicos em encontros ocorridos na esfera de luta quilombola, em especial, no âmbito da Associação Comunitária. Esses conflitos refletiam e refratavam o histórico dessas comunidades: o deslocamento de uma total invisibilidade frente aos agentes estatais para uma grande visibilidade como atores políticos no cenário local, estadual e federal. Durante as observações das reuniões na comunidade, os redatores das atas reclamavam de dificuldade na sua produção, embora tenha sido o uso de escrita que se tornou mais frequente nas atividades de reunião. Isso denunciava que apenas sua produção contínua não garantia seu domínio.

A pauta das Assembleias e reuniões, no geral, referia-se às negociações faladas sobre a titulação entre os moradores e atores externos (como representantes governamentais e ativistas políticos), que eram registradas por escrito em ata. Os excertos que seguem fazem parte de uma entrevista com Dona Ilza, sobre a ata:

Ilza: “o negócio da ata foi num encontro agora nesse encontro que a gente esteve lá no na Justiça Federal lá na (+++) é que eu cobrei do pessoal do INCRA (.) e ele disse que não, que ele não tinha falado isso (.) e eu disse pra ele que estava na ata, e ele disse “não está, Dona Ilza”. E folhou a ata e realmente não estava (.) foi um esquecimento de não anotar”

(Entrevista com dona Ilza, em março de 2006)

Nessa fala, dona Ilza relatou um conflito em que sofreram prejuízo ao fazer uma cobrança ao INCRA que foi relacionada à falta de informações registradas na ata. Segundo ela, a ação prometida pelo representante do INCRA deixou de ser anotada por parte da comunidade e, ao ser cobrado oralmente, o representante não honrou o

³² RODRIGUES, 2005, p. 169.

³³ Entendida como zonas de conflitos entre atores que trazem consigo uma memória das hierarquias coloniais. PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: _____. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio H. B. Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

acordo. Nesses eventos de tensionamento, as lideranças da comunidade vão percebendo que para os agentes externos nem sempre a palavra falada basta. O conflito ocorrido entre a liderança e o representante institucional faz com que revejam seus critérios de “seleção” das informações discutidas em reunião que efetivamente serão anotadas em ata.

Nessa esfera de disputa quilombola, os participantes passam a atribuir novos significados para os gêneros com os quais interagem em situações de conflito. O choque no uso dos documentos exigidos na Associação provocou mudanças no valor atribuído pelos associados à forma como negociavam com agentes como o INCRA.³⁴ Esses choques acarretaram modificações nos gêneros que emergiram no local, como fica mais explícito na análise das atas.

Nesta análise, tenho o propósito de mostrar como as mudanças ocorridas no gênero ata decorrem das alterações nos valores acerca do uso da ata conforme descrição da seção anterior. Os documentos analisados ilustram dois momentos na produção local – um primeiro momento de distanciamento da organização mais rígida do gênero, e um momento posterior de aproximação e apropriação do seu uso, com a escolha de uma estrutura que atende aos interesses da Associação. Assim, em um primeiro momento, as atas se distanciavam da estrutura composicional dos textos do gênero. Como exemplifica a *Ata de 24 de outubro de 1999*.

“Aos dias vinte quatro de outubro de mil novecentos e noventa e nove, ocorreu uma reunião para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa:

1º termo e notação de trabalho que seu Artur fala; e tendo a responsabilidade a sociedade

Sei que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago comigo em parceria com a vida e meus colegas que comigo estão nesta luta.

Com fé na minha equipe que juntos lutaremos para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na nossa história aqui na Casca, fundada a sociação da comunidade Dr^a. Quitéria, está é nossa alternativa e nosso desejo de ser encaminhados da grande campanha de forças para enfrentar o nosso objetivo para mostrar serviço nescessita garra, prescistencia, coraje e fé em Deus, mas tudo se consegue a união faz a força vamos dar as mãos e confiar que chegamos lá juntos, basta não vacilar e ter pensamento positivo vai ajudar muito. Não vamos pensar e pedir ajuda a Deus que tudo dará certo, os nossos serviços financeiros para contribuir nossa sede; móveis, maquinário, trator, ferramenta e uma ambulância para estabelecer um posto de saúde...

Braços fortes, colaboração e apoio, e também uma boa assistência.

(segue assinatura da escrevente)”

³⁴ SITO, 2006.

Esta ata ilustra bem as produções iniciais do registro das Assembléias na Associação Comunitária. A pauta indicada “para discutir sobre algumas sugestões do que a Casca precisa” tornou-se a unidade temática desse texto: “do que a Casca precisa”. Há uma mudança na enunciação do escrevente da ata que passa a transcrever a fala de seu Artur, em primeira pessoa: “*e tendo a responsabilidade a sociedade **sei** que é uma luta que vai ser respondido com serviços sério e confiante na luz que eu trago **comigo** em parceria com a vida e **meus** colegas que comigo.....*”. A discussão a seguir refere-se a um chamado às pessoas enquanto um grupo através do discurso religioso e do marco de fundação da comunidade: “*Com fé na **minha** equipe que juntos **lutaremos** para ganhar e com a ajuda da comunidade que vai ser muito importante estar nesta vitória que ficará marcada na **nossa** história aqui na Casca, fundada a socição da comunidade Dr^a. Quitéria*”.

Sua enunciação está consoante com o objetivo deste período: agregar os moradores locais para participar da Associação e, conseqüentemente, do processo de titulação quilombola. Nesta ata, o discurso de agregação é refletido a partir de uma organização mais distante de uma estrutura padrão do gênero: inicia com a abertura, indica a data e a pauta do encontro e, depois, transcreve o discurso do presidente da Associação para a Ata.

Os condicionantes da situação provocaram uma inovação que resultou na possibilidade da incorporação de discursos dos participantes da atividade, como seu Artur, ex-presidente da Associação. Essa estratégia pareceu “incorporar” a pessoa ao texto, em um fenômeno semelhante ao que Niño-Múrcia³⁵ destaca como a agência das mulheres na elaboração de atas em uma Associação de mulheres indígenas peruanas. O uso de pronomes na primeira pessoa seria um indicador forte para revelar a apropriação do gênero nas atas, para a autora, pois é um indicativo da pessoalidade do escrevente que se expressa na conjugação dos verbos em primeira pessoa e na simples transcrição da fala dos participantes, levando em conta que o estilo do gênero ata é constituído pela impessoalidade e pelo distanciamento dos sujeitos que narram. Ao enunciar em primeira pessoa, na escrita da ata, a redatora reporta o discurso de um participante da Assembléia e, com isso, evidencia mudanças também no estilo.

No entanto, embora os sujeitos estejam mais próximos ao texto, ainda há conflitos em seu uso (por exemplo, na seleção de informações). Logo, a produção mais recente possui uma nova orientação. A produção escrita de atas no contexto da Associação revela um deslocamento na função social do gênero: primeiro, aproximam-se do gênero canônico, porém seguem registrando encontros com os agentes

³⁵ NIÑO-MURCIA, Mercedes. “Papelito manda”: la literacidad en una comunidad campesina de Huarochirí. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patricia. *Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas*. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004. NIÑO-MURCIA, Mercedes. The Roots and the Growth of Women’s Writing in a Peruvian Village. In: KAUSHIK BASU, Bryan Maddox; ROBINSON-PANT, Anna. (Eds.). *Interdisciplinary Approaches to Literacy and Development*. London: Routledge, 2009.

institucionais; mas já em um momento seguinte passam a ser registradas nas atas ações da própria comunidade. O gênero não é realizado apenas para documentar as negociações com os “de fora”, mas também passa a registrar o debate e as deliberações sobre questões entre comunidades quilombolas.

“Ata 61

Reunião das comunidades quilombolas de Limoeiro, Casca, Teixeira, Beco dos Coloidianos, Olhos D’água e Capororocas, comunidades de Teixeira – Mostardas (RS). No dia vinte e três de setembro de dois mil e seis os representantes das comunidades quilombolas do município de Tavares, Mostardas e Palmares do Sul estiveram reunidos na comunidade de Teixeira, com o objetivo: - de criação de um fórum entre as comunidades quilombolas e as entidades apoiadoras; - buscar a participação das comunidades quilombolas junto aos conselhos municipais; - realizar um encontro entre as comunidades quilombolas do litoral alusivo ao dia vinte de novembro. ENCAMINHAMENTO: realizar nova reunião entre os representantes das comunidades quilombolas na comunidade de Olhos D’água, município de Tavares, no dia vinte e um de outubro próximo. Nada a mais a declarar eu, Solange dos Santos Gomes lavro a presente ata”

A *Ata 61* é um registro de uma reunião ocorrida fora de Casca (*estiveram reunidos na comunidade de Teixeira*), para a qual levaram seu livro de atas para redigir a ata do encontro. Há uma identificação das pessoas presentes a partir do nome de suas comunidades (*os representantes das comunidades quilombolas do município*). Na estrutura do texto, os objetivos e os encaminhamentos parecem ganhar relevo, pois estão bem destacados com sinais gráficos. Além desses aspectos, duas questões se destacam: a pauta é toda voltada para a constituição de um fórum quilombola (*- de criação de um fórum entre as comunidades quilombolas e as entidades apoiadoras; - buscar a participação das comunidades quilombolas junto aos conselhos municipais; - realizar um encontro entre as comunidades quilombolas do litoral alusivo ao dia vinte de novembro.*) e é uma reunião com outras comunidades quilombolas sem a demanda ou presença de agentes governamentais ou ativistas. Nesse evento, parece que a produção da ata passou a ter uma função para os interesses locais: planejar encontros políticos entre outros quilombos.

Por conta de sua emergência política, as lideranças de Casca organizaram, junto a outras comunidades quilombolas do litoral, a Coordenação Regional do Litoral da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul, entidade que funciona como um fórum para debater demandas que lhes sejam comuns. Nessa reunião, o objetivo era de planejar entre as comunidades quilombolas litorâneas do estado um fórum. Com essa mudança no acento valorativo, a própria estrutura do gênero torna-se diferente. Esta ata foi composta basicamente de quatro partes: a descrição das comunidades participantes, os objetivos da reunião, os “encaminhamentos” e o fecho, com as assinaturas dos presentes. A mudança na estrutura composicional ocorre junto à mudança de conteúdo temático e de estilo.

Há um estilo que se mostra mais vernacular e sucinto, com uma seleção das ações e falas a serem registradas. Os verbos são usados no infinitivo, o que torna os objetivos elencados em uma lista de tópicos e não de ações. Há também um apagamento dos enunciadores efetivos, com isso o texto revela um distanciamento e uma estratégia de resumo em curso que acaba produzindo um estilo mais próximo do estilo canônico de ata.

As estratégias discursivas para interagir com o Estado repercutiram em mudanças nos suportes e gêneros de suas práticas de letramentos vernaculares. No caso do uso das atas, esse gênero foi, num primeiro momento, inserido em resposta à exigência (da entidade jurídica) no diálogo com o Estado sem ter tido anteriormente uma função nas práticas de letramento da comunidade. Essa inserção foi conflituosa, como mostrado na entrevista, e gerou um processo de apropriação.

A apropriação como um processo de tornar meu o discurso (neste caso, as práticas de letramento, que são constituídas nos discursos e ações) do outro foi gradual, permitindo diferentes etapas até a etapa de um uso local voltado para os interesses do grupo. Esses diversos embates políticos pelos quais passaram as lideranças tornaram as atas como parte das práticas de letramento próprias da comunidade no campo da luta pela terra.

Algumas palavras finais

A experiência dos participantes da Associação Comunitária Dona Quitéria corrobora outros estudos que apontam os movimentos populares organizados com uma potencial agência de letramento. Na comunidade deste estudo, o processo de apropriação dos escritos ao longo da titulação também aponta para estratégias de *reexistência*³⁶ dessas lideranças frente às dificuldades para o acesso ao título de sua terra. Essa experiência de regularização fundiária, vista a partir das práticas de letramento, indicava que havia um processo concomitante: a apropriação de uma nova categoria política, em outras palavras, um processo de *tornar-se quilombola*³⁷.

No que se refere aos escritos, o foco na análise nas atas buscou mostrar como esse gênero imposto pela instituição da Associação Comunitária passou a servir também aos interesses locais. Destaco que meu foco na Associação Comunitária se deve ao fato de ela ter sido um marco para o processo de titulação de terras e para a emergência e mudanças nos usos da escrita na comunidade.

³⁶ SOUZA, 2009.

³⁷ ARRUTI, 2006.

Referências

- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1995.
- BLOOME, David. et al. *Discourse analysis and the study of classroom language and literacy events: a microethnographic perspective*. New Jersey: Laurence E. Associates, 2005.
- BORGES, Suety Líbia Alves. *Letramento, gênero e raça na (re)construção de identidades de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos, UFG, 2007.
- GEE, James Paul. *La ideología en los discursos*. Lingüística social y alfabetizaciones. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ed. Morata, 2005.
- HALL, Stuart. Questão multicultural. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. *Language and Society*, n.11, p. 49-76, 1982.
- JUNG, Neiva Maria. *Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.
- _____. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel L. G.; BOCH, Françoise (Org.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.
- _____. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, Inês. (Org.) *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 267-302.
- LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em Perícia*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAHER, Terezinha. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, Angela; CAVALCANTI, Marilda C. (Org.). *Linguística Aplicada: suas interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

NIÑO-MURCIA, Mercedes. “Papelito manda”: la literacidad en una comunidad campesina de Huarochirí. In: ZAVALA, Virginia; NIÑO-MURCIA, Mercedes; AMES, Patrícia. *Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas*. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2004.

_____. The Roots and the Growth of Women’s Writing in a Peruvian Village. In: KAUSHIK BASU, Bryan Maddox; ROBINSON-PANT, Anna. (Eds.). *Interdisciplinary Approaches to Literacy and Development*. London: Routledge, 2009.

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: _____. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio H. B. Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999 [1992].

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207

SITO, Luanda. *Ali está a palavra deles*. Um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. *A Associação comunitária como agência de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul*. 2006. Monografia de Conclusão do Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento Hip Hop*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, IEL/UNICAMP, Campinas, 2009.

STREET, Brian. The New Literacy Studies. In: STREET, Brian (Org.). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZAVALA, Virginia. *(Des)encuentros con la escritura*. Escuela y comunidad en los Andes peruanos. Lima: Red para el Desarrollo de las ciencias Sociales en el Perú, 2002.

Apropriando-se do uso de atas: práticas de letramento em contexto quilombola

Resumo:

Neste artigo, analisam-se práticas de letramento de lideranças de uma comunidade quilombola do litoral gaúcho em um contexto de diálogo com o poder público, em decorrência da legislação das terras quilombolas – o artigo 68 da ADCT/CF de 1988. Com base nos Estudos de Letramento e alinhada à postura crítica e transdisciplinar da Linguística Aplicada, a pesquisa possui uma abordagem social e etnográfica, na qual os usos sociais da escrita são compreendidos como práticas sociais constituídas situadamente. A metodologia de investigação seguiu uma orientação qualitativa de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006) e foi desenvolvida com cunho etnográfico. A análise propõe que as estratégias discursivas para interagir com o Estado repercutiram em mudanças nos suportes e gêneros de suas práticas de letramentos vernaculares, tais como as atas da Associação Comunitária.

Palavras-chave:

Letramento. Quilombos. Conflito social. Escrita. Atas.

Appropriating the use of meeting minutes: literacy practices in quilombola context

Abstract

This work analyzes literacy practices of leaders in a “quilombola” community situated in the coastal region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, in a context of interaction with public officials so as to regularize land ownership in accordance with article 68 of “Constitutional Act of Transitional Provisions of the Federal Constitution of 1988”. The research follows the theoretical and epistemological orientation of the New Literacy Studies, aligned to the critical and “transdisciplinary” perspective of Applied Linguistics. The New Literacy Studies’ social and ethnographic approach proposes that the social uses of writing are situational. The investigation’s methodology qualitative in orientation (DENZIN; LINCOLN, 2006), and uses ethnographic methods. Our analysis proposes that discursive strategies in order to interact with the State government resulted in changes in the written genres and supports of their vernacular literacy practices such as: meeting minutes.

Keywords:

Literacy. Quilombos. Social conflict. Writing. Meeting minutes.